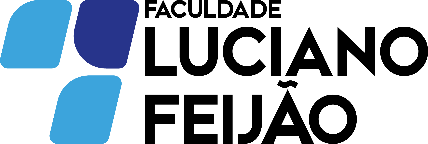
****

**Curso de Direito**

**Disciplina: Direito Internacional**

**Professor: Ardillys Alves Soares**

**A nova Lei de Migração (13.445/17)**

**Uma abordagem dos temas:**

**deportação, expulsão, extradição, asilo e refúgio.**

**Cláudia Maria Carvalho Oliveira[[1]](#footnote-1)**

**Eusébio Lopes Ximenes[[2]](#footnote-2)**

**Maria Elane de Negreiros Sousa[[3]](#footnote-3)**

**Sobral-Ce**

**NOV/2017**

**Apresentação**

O Brasil precisou de mais de cinco décadas para reformular de maneira significativa a sua legislação pertinente ao tratamento que se dá ao estrangeiro em solo brasileiro. A nova lei de migração recentemente sancionada pelo presidente da república Michel Temer, revoga o Estatuto do estrangeiro – com resquícios ainda do período militar – e fomenta inúmeras discussões no meio jurídico, na comunidade internacional como um todo e porque não dizer nos países fronteiriços ao nosso, que demandam uma relação de trabalho em solo pátrio. O presente trabalho tem o objetivo de, analisando a doutrina atual e pretérita, as recentes publicações científicas sobre o tema, bem como a jurisprudência e decisões da Corte Suprema do país, traçar compreensões sobre os tópicos de grande relevância, os quais: deportação, expulsão, extradição, asilo e refúgio. Abordando além das mudanças nas relações do campo político, as novas compreensões do respeito aos direitos humanos diante das grandes transformações no tratamento humanitário ante as novas mudanças globais e a expansão do movimento migratório.

1. **INTRODUÇÃO**

São considerados estrangeiros todos aqueles indivíduos que estiverem, temporariamente ou permanentemente, em território nacional, e que não estejam classificados como nacional nato ou naturalizado**.** E, para regular aqueles que não estão assentados nesta classificação, todo Estado, usando de sua soberania, os regulará por meio dos instrumentos jurídicos, a saber: a deportação, a extradição e a expulsão. Tais medidas guardam em si peculiaridades diversas que serão pontuadas no presente trabalho, no entanto, faz-se mister saber que estas medidas serão utilizadas pelo Estado soberano para enviar uma pessoa que se encontra refugiada em seu território ao seu de origem ou mesmo outro Estado. Porém, não será tomada nenhuma destas, se subsistirem razões para acreditar que a medida poderá colocar em risco sua vida ou a integridade pessoal. Nasce então a preocupação para que o Estado não regule para promover o sofrimento, conforme entoam as grandes transformações no campo migratório. Neste sentido, estão postos os instrumentos do Asilo e do Refúgio, estes dois últimos se contrapõem aos anteriores por apresentarem um viés de natureza política e humanitária, guardando em cada um suas diferenças que também serão abordadas.

Aprovada pelo Congresso Nacional em maio de 2017 e, tendo acabado a sua *vacatio legis* que durou 180 dias, a Nova Lei de Migração revogou o Estatuto do Estrangeiro, e, trouxe algumas transformações significativas, dentre as quais, é o visto temporário de acolhida humanitária, que pode ser concedido para pessoas sem pátrias ou oriundas de países em grave instabilidade institucional, conflito armado, calamidade ou grave violação de direitos humanos, não permitindo que nenhuma medida seja tomada de maneira coletiva. Outras novidades da lei são a maior liberdade para alunos vindos do exterior, como a possibilidade de combinar os estudos com trabalho, garantindo compatibilidade dos horários e a flexibilidade das exigências para vistos de trabalho, pois, com o advento desta lei, surge a necessidade de um contrato prévio e passou a existir a chance de o estrangeiro vir ao Brasil e procurar emprego.

O Brasil historicamente é um país que apresenta inúmeros problemas de natureza política, e, ao longo dos anos, ‘enviou’ nativos para diversos países em busca de melhores oportunidades de vida. Com isso, a sua visibilidade, causada por pequenas melhoras de natureza social, assim como com uma legislação aberta em relação a regulação migratória, comparada aos países plenamente desenvolvidos, fez com que o solo brasileiro se tornasse atraente para ser o destino de diversos povos que passam por conflitos. Nasce, portanto a preocupação no governo e na população brasileira, que se tenha uma legislação capaz de, observando as transformações ocorridas nos últimos anos, tanto no cenário político mundial, bem como na crescente corrida migratória, motivaram a criação da lei que analisaremos neste trabalho.

Por fim, o trabalho fará uma abordagem da nova lei, dos institutos apontados no início, tratados como medidas compulsórias, dos instrumentos de proteção à pessoa e, além destes temas recorrentes as repercussões entre eles.

1. **DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E EXTRADIÇÃO**

A princípio, oportuno demonstrar que os três instrumentos ora em análise, são considerados segundo a legislação em vigor, como atos de natureza administrativa que visam autuar de maneira compulsória em relação àqueles que estando de maneira irregular no país, deverão ser expulsos. E, estas formas de exclusão do estrangeiro, do território pátrio, pressupõem que antes tenham ingressado de maneira irregular. A seguir percorreremos por cada um deles de maneira mais específica, considerando suas diferenças na natureza de sua imposição.

* 1. **Deportação**

Inicialmente, convém fazer uma observação contextual de onde pode ser empreendido esforço para conhecer o instituto da deportação. O verbo ‘*deportar’* nos remete a *expulsar* alguém de uma sociedade. O mesmo, levado a termo pelo magistrado, em visão doutrinária, aponta para o de fazer com que o estrangeiro saia compulsoriamente do território nacional, considerando que ele tenha entrado de maneira irregular ou clandestina. E, a finalidade da medida faz-se necessária, para o estrangeiro seja alcançado e que, cesse a sua ilegal permanência no país.

Este instituto jurídico é claro ao dizer que embora a pessoa estrangeira não tenha praticado nenhum crime sob a ótica do direito penal, encontra-se irregular no país, razão pela qual terá que sair. Importante observar como esclarece o doutrinador:

*In verbis:* “[...]a deportação é a saída compulsória do território nacional, quando o estrangeiro aqui se encontra de maneira irregular, seja porque ingressou sem ter visto, este pode ter expirado ou porque, a despeito de turista, exerceu atividade laborativa remunerada.”[[4]](#footnote-4)

Como se vê, muito embora este seja um tema recorrente do direito internacional privado é válida a perfeita observação conceitual feita pelo doutrinador na análise sob a ótica em obra do processo penal. O fato de o estrangeiro infringir a algum dos preceitos elencados no texto legal tornando irregular a sua estada, mesmo que não haja a consumação de crime algum de natureza penal, estará contrário à legislação migratória, portanto estará ilegal.

Para que a deportação seja imposta, deverão ser consideradas algumas situações que estão previstas na nova Lei de Migração. Dentre as quais, importante frisar o que se lê na referida lei, quando aduz que se trata de um procedimento administrativo o qual, de maneira expressa, apontará, após a notificação, as possíveis irregularidades do imigrante, que, a partir daí acompanhará a condução do procedimento, mantendo-se disponível e com suas informações domiciliares atualizadas perante as autoridades. Como se lê:

*“Art. 50. A deportação é medida decorrente de procedimento administrativo que consiste na retirada compulsória de pessoa que se encontre em situação migratória irregular em território nacional.*

*§ 1º A deportação será precedida de notificação pessoal ao deportando, da qual constem, expressamente, as irregularidades verificadas e prazo para a regularização não inferior a 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, por igual período, por despacho fundamentado e mediante compromisso de a pessoa manter atualizadas suas informações domiciliares.”.[[5]](#footnote-5)*

Observe que o interesse a que se propôs o legislador é que, tal dispositivo assegure que o apátrida acompanhe o procedimento e também colabore com este, mantendo-se ‘visível’ e disponível para a devida apuração das irregularidades. Perceba que para tanto, é estipulado prazo razoável para que se consuma a sua regularização e a deportação não ocorra. Seguidamente, há de se observar ainda detidamente sobre o caráter administrativo, a obediência a princípios basilares que dizem respeito ao contraditório e a ampla defesa, na qual a medida tendente a ser imposta, deverá permitir que o estrangeiro possa manifestar-se, expor as suas contrarrazões, bem como interpor recurso com o fim de fazer valer a sua permanência. Leia-se:

*“Art. 51. [...] à deportação devem respeitar o contraditório e a ampla defesa e a garantia de recurso com efeito suspensivo.[[6]](#footnote-6)*

Vale ressaltar, que a deportação só ocorrerá se o estrangeiro não se retirar voluntariamente depois de ter havido recebido a notificação da autoridade competente e, mesmo diante das suas manifestações não se acharem convencidas as autoridades locais.

Igualmente, considerando que a deportação é um ato de iniciativa de poder local, aspecto importante a ser analisado, é o de que não deve ser confundida a deportação com o impedimento à entrada do estrangeiro. Vejamos o que diz o doutrinador:

*“De início, a deportação não deve ser confundida com o impedimento à entrada de estrangeiro, que ocorre quando lhe falta justo título para ingressar no Brasil. No caso de impedimento, o estrangeiro não ultrapassa a barreira policial da fronteira, porto ou aeroporto: é mandado de volta, sempre que possível a expensas da empresa que para aqui o transportou sem certificar-se da prestabilidade de sua documentação.”.[[7]](#footnote-7)*

Neste caso, pode ocorrer de o estrangeiro estar portando um passaporte com visto assinado por uma autoridade nacional constituída fora do país. As autoridades locais deverão averiguar se o visto está em conformidade e, caso esteja, concederá a permanência. Observe que caso o visto não corresponda, a um documento fidedigno, caberá a autoridade local decidir.

Por outro lado, ao se fazer uma análise mais apurada sobre a nova norma, percebe-se que o legislador, buscou com base na discussão migratória apresentada no contexto internacional hodierno, dada a recente dispersão de povos em decorrência de conflitos políticos e religiosos, apontou logo no esboço dos *princípios e das garantias* que:

*“Art. 3º - A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:*

*[...]*

*XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas.”[[8]](#footnote-8)*

Houve, portanto, uma preocupação em coibir a ação do Estado, na possibilidade de o país ao se deparar com situações de acolhimento de imigrantes ocasionado pela extrema carência humanitária do país originário, causar comoção pública e com isso, com base nas pressões sociais locais, adotar ações políticas tendentes a atingir coletivamente um grande número de imigrantes, levando em consideração a não individualização de cada pessoa, o legislador acabou dispondo o repúdio para tal ato.

Outro fator de grande valia é que, mesmo diante das recomendações da lei ora analisada, é que deverão ser observadas as disposições internacionais as quais o Brasil adotou como legislação regular, tais como os tratados e convenções internacionais.

* 1. **Expulsão**

A expulsão apresenta-se também elencada como umas das medidas de retirada compulsória, porém, esta, guarda em seu contexto outros aspectos que levam em consideração o comportamento do estrangeiro, de modo que o Estado mandará embora aquele que agiu de maneira nociva ou que tenha apresentado atitudes inconvenientes aos interesses locais, a medida também alcança aquele que com o intuito de permanecer no país, agiu fraudulentamente na produção de documentos que garantam sua permanência. Oportuna a exposição do doutrinador ao definir a expulsão como:

*“"[...] um modo coativo de retirar o estrangeiro do território nacional por delito ou infração ou atos que o tornem inconveniente. Fundamenta-se na necessidade de defesa e conservação da ordem interna ou das relações internacionais do Estado interessado.”[[9]](#footnote-9)*

Observe-se que sempre na manutenção da ordem local, ou mesmo nas relações internacionais, deverão ser consideradas as manifestações das autoridades locais e suas devidas competências para emitir qualquer juízo de valor ante ao comportamento do migrante ilegal. Por tal, há necessidade de saber quem arbitrará a medida de expulsão. Pois o Estado é quem sabe a natureza da infração, bem como sendo por questões de segurança ou outros fatores, considerará onde o migrante esteja prejudicando. E, apuradas todas as irregularidades, dando-se importância ao devido processo e possibilidades para que o investigado se defenda, caberá observar que a medida não poderá ser tomada por agentes federais, considerar-se-á que:

*“[...]o ato de expulsão não é discricionário por parte dos agentes federais: é um ato privativo do Presidente da República. [...] a expulsão são atos de natureza administrativa e de edição na esfera do Poder Executivo.”[[10]](#footnote-10)*

Remetendo o nosso foco analiticamente sobre as concepções de natureza legal sobre a quem é destinada a medida, faz-se oportuno, trazer o que preceitua a nossa Carta Magna. Analisemos então detidamente o que diz a Constituição Federal de 1988, quando em seu artigo 5º, inciso XLVII da Constituição Federal, embora não utilizando a expressão ‘expulsão’, e sim, o ‘banimento’, o que, muito embora apresente uma expressão diferente, nesse contexto tem o mesmo significado, ou seja, a mesma finalidade. Assim, tal medida alcançará somente o estrangeiro, pois a Lei Maior proíbe a pena de banimento de brasileiro nato e naturalizado. Vejamos:

*“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*[...]*

*XLVII - não haverá penas:*

*[...]*

*d) de banimento;”[[11]](#footnote-11)*

Como se vê, a CF/88 manifesta a igualdade no que concerne à liberdade e, ao mesmo passo que impede que este seja banido, *grifo nosso.* Mesmo que tenha cometida uma falta significativa, o nacional não será alcançado pelo instituto ora analisado. Ademais, a medida extrema de expulsão, por estar ligada ao comportamento do estrangeiro migrante, tendo por análise a sua conduta ilícita, estará relacionada ao cometimento de crimes, alguns destes podem ser melhor visualizados na referida Lei de Migração. Note-se:

*“Art. 54 - A expulsão consiste em medida administrativa de retirada compulsória de migrante ou visitante do território nacional, conjugada com o impedimento de reingresso por prazo determinado.*

Nesta primeira parte da Lei de Migração a que se refere à expulsão, observa-se que o legislador ao expulsar o estrangeiro de conduta nociva aos interesses locais, conjuga a esta pena, uma espécie de medida de segurança, tal que impede o seu reingresso por um prazo determinado.

Por outro lado, só poderá ser expulso, aquele que cometendo crime em território pátrio, tenha condenação com efeito transitado em julgado. Vejamos:

*“§ 1º - Poderá dar causa à expulsão a condenação com sentença transitada em julgado relativa à prática de:*

*I - crime de genocídio, crime contra a humanidade, crime de guerra ou crime de agressão, nos termos definidos pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, de 1998, promulgado pelo Decreto no 4.388, de 25 de setembro de 2002;*

*[...]*

*§ 4º - O prazo de vigência da medida de impedimento vinculada aos efeitos da expulsão será proporcional ao prazo total da pena aplicada e nunca será superior ao dobro de seu tempo.".[[12]](#footnote-12)*

Vale considerar, que o item posto acima é de grande relevância. O item I do parágrafo primeiro nos traz a observância de Estatutos e tratados aos quais o Brasil se submeteu que deverão ser considerados. Mostra que, embora a insatisfação sobre a conduta do estrangeiro parta dos interesses locais, o cometimento de crimes, dentre os quais, os crimes de grande expressão, as quais o país não regule, deverão ser analisados também sob a ótica das normas internacionais as que o país está submetido assim como o que é estipulado pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional como se vê.

Outro fato acima exposto na letra da lei, ao que dispõe o parágrafo 4º, diz respeito ao regresso quanto aos efeitos da expulsão, onde, o prazo total da pena condenatória será considerado para estipular o tempo do impedimento, observada a proporcionalidade, impedindo que seja superior ao tempo da condenação.

Apesar de a expulsão ser cabida em situações mais graves do que a deportação, diante da semelhança, há de se observar a discricionariedade com que estes são apresentados e quem poderá tomar alguma medida. E, em alguns casos, poderá nem ser tomada, considerando a discricionariedade de quem tem o poder para decidir. Como diz Rezek:

*“[...]embora não se possa deportar ou expulsar um estrangeiro que não tenha incorrido nos motivos legais de uma e outra medida, é sempre possível deixar de fazer a deportação, ou a expulsão, mesmo em presença de tais motivos. A lei nunca obriga o governo a deportar ou expulsar. Permite-lhe que o faça à luz das circunstâncias, que podem variar segundo o momento político.”[[13]](#footnote-13)*

Em outros casos em que a lei considera a possibilidade de não conceder a expulsão, é o que está elencado no Art. 50 da Lei de Migração, como se nota:

*“Art. 55. Não se procederá à expulsão quando:*

*I - a medida configurar extradição inadmitida pela legislação brasileira;*

*II - o expulsando:*

*a) tiver filho brasileiro que esteja sob sua guarda ou dependência econômica ou sócio afetiva ou tiver pessoa brasileira sob sua tutela;*

*b) tiver cônjuge ou companheiro residente no Brasil, sem discriminação alguma, reconhecido judicial ou legalmente;*

*c) tiver ingressado no Brasil até os 12 (doze) anos de idade, residindo desde então no País;*

*d) for pessoa com mais de 70 (setenta) anos que resida no País há mais de 10 (dez) anos, considerados a gravidade e o fundamento da expulsão;”[[14]](#footnote-14)*

**2.3 Extradição**

A Extradição trata-se de um meio de cooperação internacional em matéria penal, onde os países através de diálogo diplomático, convencionam entre si, para que um Estado entregue para o outro um indivíduo para que este responda a processo de natureza penal a ser apreciado pelo poder judiciário daquele país. Como se vê na visão doutrinária a seguir:

*"[...] entrega, por um Estado a outro, e a pedido deste, de pessoa que em seu território deva responder a processo penal ou cumprir pena. Cuida-se de uma relação executiva, com envolvimento judiciário de ambos os lados: o governo requerente da extradição só toma essa iniciativa em razão da existência do processo penal – findo ou em curso – ante sua Justiça; e o governo do Estado requerido (...) não goza, em geral, de uma prerrogativa de decidir sobre o atendimento do pedido senão depois de um pronunciamento da Justiça local." [[15]](#footnote-15)*

Importante considerar é que a medida conforme preleciona o doutrinador, não será tomada considerando apenas um ato de natureza administrativa, e sim, por conta de haver processo penal em análise ou motivando a extradição, haverá o envolvimento do poder judiciário. Mesmo que sejam de grande relevância as motivações para se fazer cumprir a extradição, esta só ocorrerá após um pronunciamento definitivo da justiça local.

Isso não quer dizer que a obediência deverá ocorrer total e irrestrita ao sistema jurídico local. Por se tratar de atos de natureza diplomática, deverá também ser considerado convenções previamente estabelecidas pelos países, bem como observar legislação internacional que lecionem sobre o estrangeiro, *observa-se* na perfeita contextualização, em que diz da extradição como

*“[...] um mecanismo de cooperação internacional entre os Estados, razão pela qual se inseriria sendo parte da matéria Condição Jurídica do Estrangeiro no Direito Internacional Público, por envolver questões políticas e diplomáticas entre Estados soberanos.”[[16]](#footnote-16)*.

Em outra análise doutrinária, faz-se menção à competência de um Estado em relação à outro, como se nota:

*“[...] o ato por meio do qual um indivíduo é entregue por um Estado a outro, que seja competente a fim de processá-lo e puni-lo.”[[17]](#footnote-17)*

Por conseguinte, observa-se que há ainda noutra concepção, o entendimento de dupla punição, ou seja, na possibilidade de o estrangeiro ser punido pela legislação dos dois países. Neste caso, a extradição poderá não atingir nacional do país solicitado, onde na visão de *Jacob Dolinger* entende-se a extradição como:

*“[...] o processo pelo qual um Estado atende ao pedido de outro Estado, remetendo-lhe pessoa processada no país solicitante por crime punido na legislação de ambos os países, não se extraditando, via de regra, nacional do país solicitado.”[[18]](#footnote-18)*

Ainda no sentido das possibilidades em que não acarretariam na extradição, vale mencionar o que está disposto na Lei 13.445/2017, um rol de possibilidades onde nas quais, dispõe:

*“Art. 82.  Não se concederá a extradição quando:*

*I - o indivíduo cuja extradição é solicitada ao Brasil for brasileiro nato;*

*II - o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente;*

*III - o Brasil for competente, segundo suas leis, para julgar o crime imputado ao extraditando;*

*IV - a lei brasileira impuser ao crime pena de prisão inferior a 2 (dois) anos;*

*V - o extraditando estiver respondendo a processo ou já houver sido condenado ou absolvido no Brasil pelo mesmo fato em que se fundar o pedido;*

*VI - a punibilidade estiver extinta pela prescrição, segundo a lei brasileira ou a do Estado requerente;*

*VII - o fato constituir crime político ou de opinião;*

*VIII - o extraditando tiver de responder, no Estado requerente, perante tribunal ou juízo de exceção;*

*[...]*

*IX - o extraditando for beneficiário de refúgio, nos termos da [Lei n](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm)[o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm) [9.474, de 22 de julho de 1997](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm), ou de asilo territorial.”[[19]](#footnote-19)*

Ainda no mesmo dispositivo, especificamente no parágrafo quarto do Art. 82 da referida lei, percebe-se a interferência do Supremo Tribunal Federal no tocante à interpretação se determinados crimes serão ou não considerados de natureza política.

*“§ 4o  O Supremo Tribunal Federal poderá deixar de considerar crime político o atentado contra chefe de Estado ou quaisquer autoridades, bem como crime contra a humanidade, crime de guerra, crime de genocídio e terrorismo.”[[20]](#footnote-20)*

Tal interferência nos remete a uma discussão que tem muita relevância no ordenamento jurídico brasileiro, pois, trata-se de matéria um tanto quanto polêmica, e, não nos cabe aqui esgotar a discussão, porém, vale dizer que se apresenta como mecanismos de proteção contra atos terroristas. Onde em defesa daqueles que estão prestes a ser extraditados, a argumentação de que se trata de crime político provoca a ação do STF. Vejamos:

“*Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:*

*[...]*

*II - julgar, em recurso ordinário:*

*[...]*

*b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;"[[21]](#footnote-21)*

Note-se que a Carta Magna outorgou ao Supremo Tribunal Federal, a possibilidade de manifestar-se pela inconstitucionalidade de lei nacional e convenção de caráter internacional para não permitir Considerando a possibilidade de o mesmo julgar ações de natureza penal, assim como concedendo a competência recursal para apelação criminal em recurso ordinário.

Ainda sobre a intervenção do STF, convém destacar o que este decidiu no *Caso Norambuena:*

*“O repúdio ao terrorismo: um compromisso ético-jurídico assumido pelo Brasil, quer em face de sua própria Constituição, quer perante a comunidade internacional.****Os atos delituosos de natureza terrorista, considerados os parâmetros consagrados pela vigente Constituição da República, não se subsumem a noção de criminalidade política, pois a Lei Fundamental proclamou o repúdio ao terrorismo como um dos princípios essenciais que devem reger o Estado brasileiro em suas relações internacionais (CF, art. 4º, VIII), além de haver qualificado o terrorismo, para efeito de repressão interna, como crime equiparável aos delitos hediondos, o que o expõe, sob tal perspectiva, a tratamento jurídico impregnado de máximo rigor,*** *tornando-o inafiançável e insuscetível da clemência soberana do Estado e reduzindo-o, ainda, à dimensão ordinária dos crimes meramente comuns (CF, art. 5º, XLIII).****A Constituição da República, presentes tais vetores interpretativos (CF, art. 4º, VIII, e art. 5º, XLIII), não autoriza que se outorgue, às práticas delituosas de caráter terrorista, o mesmo tratamento benigno dispensado ao autor de crimes político****s ou de opinião, impedindo, desse modo, que se venha a estabelecer, em torno do terrorista, um inadmissível círculo de proteção que o faça imune ao poder extradicional do Estado brasileiro, notadamente se se tiver em consideração a relevantíssima circunstância de que a Assembleia Nacional Constituinte formulou um claro e inequívoco juízo de desvalor em relação a quaisquer atos delituosos revestidos de índole terrorista, a estes não reconhecendo a dignidade de que muitas vezes se acha impregnada a prática da criminalidade política.” (STF, Ext 855, Rel. Min. Celso de Mello, j. em 26.08.2004).”[[22]](#footnote-22)*

É comum que em defesa dos seus pátrios, os países manifestem-se aproveitando a discricionariedade do ato administrativo, para dar proteção àqueles que cometeram algum ato ilícito, considerando este como crime político. Este, por sua vez, não apresenta um posicionamento consensual no direito comparado, nem tampouco no direito brasileiro. Portanto, faz-se necessária, uma melhor análise do que se compreende como crime político no caso *Cesare Battisti*, onde se pode perceber o alcance desta indeterminação:

*“A impossibilidade de vincular o Presidente da República à decisão do Supremo Tribunal Federal se evidencia pelo fato de que inexiste um conceito rígido e absoluto de crime político. Na percuciente observação de Celso de Albuquerque Mello, “A conceituação de um crime como político é (…) um ato político em si mesmo, com toda a relatividade da política”.[[23]](#footnote-23)*

Para melhor ilustrar, vejamos o que ocorreu sobre a mesma interferência do STF no caso *Abílio Diniz*, o STF empenhou-se em recurso extraordinário numa alegação de incompetência da Justiça Estadual para o julgamento do sequestro cometido em 1989. A defesa almejava transferir a ação penal para a Justiça Federal, sob a alegação de que os dez sequestradores (cinco chilenos, dois argentinos, dois canadenses e um brasileiro) do empresário haviam cometido crime político, e não crime comum de sequestro extorsivo. A Corte Suprema não conheceu do recurso, mas o acórdão tem importantes elementos sobre a distinção entre crimes políticos e crimes comuns, no plano da competência (interna) e no âmbito das relações extradicionais (externas).

Senão vejamos:

*“I. Crime político: conceituação para o fim de verificar a competência da Justiça Federal, segundo a Constituição (art. 109, IV); dimensões constitucionais do tema. Quando, para a inteligência de uma norma constitucional, for necessário precisar um conceito indeterminado, a que ela mesma remeteu – como e o caso da noção de crime político, para a definição da competência dos juízes federais -, é imperativo admitir-se, no recurso extraordinário, indagar se, a pretexto de concretizá-lo, não terá, o legislador ou o juiz de mérito das instâncias ordinárias, ultrapassado as raias do âmbito possível de compreensão da noção, posto que relativamente imprecisa, de que se haja valido a Lei Fundamental. II. Crime político: conceito: impertinência ao direito interno das exceções admitidas para fins extradicionais. 1. As subtrações admitidas pelo art. 77, par. 1. e 3.,da Lei de Estrangeiros ao âmbito conceitual do crime político só se explicam para o efeito limitado de facultar excepcionalmente a extradição, não obstante ser o crime político, quer pela motivação ou os objetivos do agente, quer pela natureza do bem jurídico protegido pela norma incriminadora.”[[24]](#footnote-24)*

Diante de questões como a que expomos anteriormente, pode ocorrer de um Estado manifestar a necessidade de urgência na tomada de decisões ante o outro Estado, alegando algum fator considerado relevante. Daí, a própria Lei de Migração irá manifestar-se apontando em seu Art. 84, o qual dispõe:

*“Art. 84. Em caso de urgência, o Estado interessado na extradição poderá, previamente ou conjuntamente com a formalização do pedido extradicional, requerer, por via diplomática ou por meio de autoridade central do Poder Executivo, prisão cautelar com o objetivo de assegurar a executoriedade da medida de extradição que, após exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos nesta Lei ou em tratado, deverá representar à autoridade judicial competente, ouvido previamente o Ministério Público Federal.”*

O referido pedido de prisão cautelar, obedecerá a preceitos que são apresentados nos parágrafos seguintes dispostos no próprio artigo, a saber:

*§ 1º - O pedido de prisão cautelar deverá conter informação sobre o crime cometido e deverá ser fundamentado, podendo ser apresentado por correio, fax, mensagem eletrônica ou qualquer outro meio que assegure a comunicação por escrito.*

*§ 2º - O pedido de prisão cautelar poderá ser transmitido à autoridade competente para extradição no Brasil por meio de canal estabelecido com o ponto focal da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) no País, devidamente instruído com a documentação comprobatória da existência de ordem de prisão proferida por Estado estrangeiro, e, em caso de ausência de tratado, com a promessa de reciprocidade recebida por via diplomática.*

*§ 3º - Efetivada a prisão do extraditando, o pedido de extradição será encaminhado à autoridade judiciária competente.*

*§ 4º - Na ausência de disposição específica em tratado, o Estado estrangeiro deverá formalizar o pedido de extradição no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data em que tiver sido cientificado da prisão do extraditando.*

*§ 5º - Caso o pedido de extradição não seja apresentado no prazo previsto no § 4o, o extraditando deverá ser posto em liberdade, não se admitindo novo pedido de prisão cautelar pelo mesmo fato sem que a extradição tenha sido devidamente requerida.*

*§ 6º - A prisão cautelar poderá ser prorrogada até o julgamento final da autoridade judiciária competente quanto à legalidade do pedido de extradição.”[[25]](#footnote-25)*

Conforme analisado, há de se considerar que a extradição é um instrumento de extrema importância para a manutenção da segurança nacional de cada Estado. Pois está ligado diretamente ao cometimento de crimes pelo sujeito a ser extraditado. Por outro lado, são necessários comportamentos recíprocos e respeitosos entre os países de modo que não prejudiquem as relações destes em outras searas, tais como as relações econômicas, quando dialogam sobre a matéria. Pois cada país usará de seus artifícios para promover a proteção dos seus pátrios, e, a manutenção de uma boa relação diplomática, acaba por ser arranhada por conta das discussões relacionadas à extradição.

1. **DO ASILO E DO REFÚGIO**

Para que se tenha uma boa compreensão dos dois instrumentos a serem analisados, há de se entender que o legislador os capitulou inseridos na *condição jurídica do migrante e do visitante*. Por um lado, o *Asilo,* é considerado um dos pilares que rege as relações internacionais, portanto, os casos relacionados ao tema, serão analisados diretamente pelo Presidente da República. Por outro lado, o *Refúgio,* é concedido ao imigrante por preceitos fundados no temor de perseguição sejam por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Ambos estão previstos na Declaração Universal dos Direitos do Homem. A seguir discorreremos sobre cada um deles de maneira mais específica.

* 1. **Asilo**

A legislação é muito modesta em se tratando de lei específica para o tema. Os países optam por tratar sobre tal, através de regulamentos, por tratar especificamente de manifestação de cunho político na tomada de decisões relacionadas ao tema.

Como aduz a doutrina Barros:

*“A lei internacional (ainda) não reconhece essas razões. Como consequência, os refugiados ambientais, na maior parte das vezes não podem contar com a proteção material e jurídica dos países de asilo (Barros, 2011, p.68)”.[[26]](#footnote-26)*

Por conseguinte, entende-se que asilo político consiste no acolhimento por determinado Estado soberano de estrangeiro perseguido em outro Estado, geralmente, mas não necessariamente, em seu país de origem por causa de dissidência política, de delito de opinião ou por crime que relacionados com a segurança do Estado, não configuram quebra do direito penal comum.

Ressalta-se que o asilo político com a [Constituição](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/155571402/constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-constitui%C3%A7%C3%A3o-da-republica-federativa-do-brasil-1988" \o "CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988) de 1988 foi erigido à condição de princípio norteador das relações internacionais da República Federativa do Brasil, como se observa no artigo [4º](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641674/artigo-4-da-constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-de-1988), inciso [X](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10731206/inciso-x-do-artigo-4-da-constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-de-1988" \o "Inciso X do Artigo 4 da Constituição Federal de 1988) da [Carta Política](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/155571402/constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-constitui%C3%A7%C3%A3o-da-republica-federativa-do-brasil-1988).

Veja-se:

*“Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:*

*[...]*

*X - concessão de asilo político.”[[27]](#footnote-27)*

Oportuno trazer a luz, para que não haja confusão entre o outro tema analisado, é como define o Professor Miguel Barros:

*“[...] não se deve confundir asilo político com refúgio. O refúgio é medida essencialmente humanitária enquanto que o asilo é medida essencialmente política.”[[28]](#footnote-28)*

Nesse sentido, vale salientar que existem dois tipos: asilo diplomático e o asilo territorial. O primeiro se refere a aquele no qual o estrangeiro fica protegido na Embaixada, no Consulado ou em acampamentos militares de outro país mesmo que estejam em seu país de origem e tal asilo é concedido pela autoridade diplomática que esteja realizando missão no país. O segundo tipo é aquele em que o estrangeiro recebe permissão para permanecer no país diferente do seu por um período de dois anos, prorrogáveis enquanto tiver motivos para que permaneça. Sem obrigatoriedade do Estado que concedeu, o asilo diplomático pode se converter em asilo territorial.

* 1. **Refúgio**

Quanto ao Refúgio, o Brasil ocupa um papel proeminente na América Latina, pois foi o primeiro país a regular a proteção dos refugiados. Ele foi o primeiro a ratificar a Convenção de 1951 e também aderiu ao Protocolo de 1967 em 7 de agosto.A lei do refúgio foi um marco na proteção dos refugiados. Em 2017, foi estabelecida uma nova legislação mais abrangente que define os direitos e deveres dos migrantes e visitantes no Brasil, com a Lei de Migração, a qual analisamos neste trabalho, a qual,  regula a entrada e a permanência dos estrangeiros, e estabelece regras de proteção para os brasileiros no exterior.

O refúgio é a acolhida que se dá a qualquer pessoa que sofra perseguição em seu Estado de origem ou residência habitual, em virtude de raça, nacionalidade, religião, opinião política ou pertencimento a determinado grupo social.

A Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu artigo 1º, que o Brasil tem como fundamentos da República, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, que traça toda a proteção dos direitos humanos no Brasil. Garantindo-se a dignidade da pessoa humana, por conseguinte, estará garantida a proteção de que necessita um refugiado, que terá direito a refúgio num determinado país, quando em busca de abrigo. Leia-se:

*“Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:*

*I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;*

*II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;*

*III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país”.[[29]](#footnote-29)*

Ainda em matéria conceitual sobre o instrumento em análise, faz-se necessário recorrermos ao entendimento da ACNUR[[30]](#footnote-30), para a qual são os refugiados os indivíduos que escaparam de conflitos armados e/ou perseguições em suas pátrias, com frequência a situação pela qual passam tais indivíduos é de extremo perigo e intolerável devendo cruzar fronteiras internacionais perigosas, tudo com o fulcro de alcançar a segurança e o respeito aos seus direitos e ao conseguirem tornam-se refugiados com reconhecimento internacional, o que se torna possível extrair da conclusão que se faz:

*“De acordo com a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados (de 1951), são refugiados as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa.”*

Neste sentido, o trecho acima expõe uma definição de que será considerado refugiado, o indivíduo que deixa seu país de origem por não mais poder ou querer residir dadas as violações sistemáticas aos seus direitos humanos e requer a um Estado o status de refugiado.

Ademais, o mundo vem apresentando grandes transformações de natureza migratória, e, é comum perceber que quando ocorre a diáspora, não buscam refúgio um indivíduo de maneira isolada. Famílias inteiras migram para outros países. Neste sentido, estendem-se os efeitos da condição dos refugiados ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional as soluções para suas famílias.

Consequentemente os Estados Destinos têm cada vez mais adotado a evasiva de que por problemáticas oriundas de situações econômicas e de segurança nacional é necessário a adoção de barreiras, sejam físicas ou institucionais, como a exigência de apresentação de documentos de viagem válidos para uma pré-condição para o instituto do refúgio. E foi, através desta ótica que o Brasil, para não incorreu na violação ao Estatuto do Refúgio, adotou recentemente a nova Lei de Migração.

1. **Conclusão**

Diante das grandes transformações a que estão sendo submetidas as nações no mundo inteiro, por conta dos inúmeros conflitos por estas enfrentados, sejam de natureza política, de etnia, religiosa, social e mesmo econômica, as organizações internacionais têm pressionado os governos para regularem em seus países, sobretudo no que se refere ao tratamento humanitário. Os tratados, resoluções e convenções internacionais já não bastam para o Estado reger as suas regras de manutenção e ordenamento de conflitos da relação do Estado com o estrangeiro, seja por conta das grandes discussões econômicas, ou mesmo as de posicionamento de blocos políticos no cenário internacional de acolhimento e manutenção. Mais precisamente observamos atentamente em nosso país o ingresso de muitos refugiados, o que fez com que o nosso país tratasse da regulação destes. O presente trabalho obteve a repercussão do seu intuito inicial, elencando cada um dos temas propostos, considerando o que vem ocorrendo em nosso país e no mundo.

1. **Referências bibliográficas:**

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 12. ed. São Paulo: RT, 2013. p. 106.

BRASIL, Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03 /\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm#art125. Brasília, DF, maio, 2017.

REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: Curso Elementar. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2002, pág. 341.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

PEREIRA, Francisco José de Andrade. Deportação, expulsão e extradição: diferenças e semelhanças. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 4, no 175. Disponível em: <https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1217> Acesso em: 5 dez. 2017.

REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: Curso Elementar. 11ª Ed. - São Paulo: Saraiva, 2008.

DINIZ, Irene Bogado. PEREIRA, Marcos Vinícus Torres - Uma análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre extradição: O Brasil não é o paraíso para os criminosos estrangeiros. Artigo científico licenciado por: Creative Commons Attribution 3.0. 2014. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br /index.php/rdcuerj/article/view/12375.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. Volume 2. 13ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p.957

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado: Parte Geral. 10 ed. Rio de Janeiro: GEN Forense, 2011. p.126.

FERERAL, Supremo Tribunal. STF, Ext 855, Rel. Min. Celso de Mello, j. em 26.08.2004.

FERERAL, Supremo Tribunal. STF, Ext 1085, PET / República Italiana, rel. para o acórdão, Min. Luiz Fux, j. em 08.06.2011.

FERERAL, Supremo Tribunal. STF, Pleno, RE 160.841, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 22/09/1995.

BARROS, Miguel Daladier. O drama dos refugiados ambientais no mundo globalizado. / Miguel Daladier Barro. – Brasília: Consulex, 2011.

ANNONI, Dannielle; VALDES, Lysian Carolina. O direito internacional dos refugiados e o Brasil. Curitiba: Juruá, 2013.

WACHOWICZ, M. – O Direito de asilo como expressão dos Direitos Humanos – Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Pág.: 143 – 156.

REZEK, José F. – Direito Internacional Público: Curso elementar – 8. ed. – São Paulo: Saraiva, 2000.

Manual de procedimentos técnicos para determinar a condição de refugiados de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. Brasília: ACNUR, 2004.

HATHAWAY, J. – Law of Refugee Status. Toronto: Butterworths, 1991.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. Estudos Avançados, v. 20, n. 57, maio/ago. 2006. Disponível em: . Acesso em: 21 jun. 2017.

1. Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Luciano Feijão-FLF. Turno: Noturno [↑](#footnote-ref-1)
2. Graduando do Curso de Direito da Faculdade Luciano Feijão-FLF. Turno: Noturno [↑](#footnote-ref-2)
3. Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Luciano Feijão-FLF. Turno: Noturno [↑](#footnote-ref-3)
4. NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 12° ed. São Paulo: RT, 2013. p. 106. [↑](#footnote-ref-4)
5. BRASIL, Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. [↑](#footnote-ref-5)
6. Idem. [↑](#footnote-ref-6)
7. REZEK, José Francisco Direito internacional público: curso elementar /Francisco Rezek. – 15. ed. rev. e atual.–São Paulo: Saraiva, 2014. [↑](#footnote-ref-7)
8. BRASIL, Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. [↑](#footnote-ref-8)
9. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2002, pág. 341. [↑](#footnote-ref-9)
10. PEREIRA, Francisco José de Andrade. Deportação, expulsão e extradição: diferenças e semelhanças. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 4, n.o 175. Disponível em: https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp ?id=1217> Acesso em: 5 dez. 2017. [↑](#footnote-ref-10)
11. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. [↑](#footnote-ref-11)
12. BRASIL, Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. [↑](#footnote-ref-12)
13. REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: Curso Elementar. 11ª Ed. - São Paulo: Saraiva, 2008. [↑](#footnote-ref-13)
14. BRASIL, Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. [↑](#footnote-ref-14)
15. REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: Curso Elementar. 11ª Ed. - São Paulo: Saraiva, 2008. [↑](#footnote-ref-15)
16. DINIZ, Irene Bogado. PEREIRA, Marcos Vinícus Torres - Uma análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre extradição: O Brasil não é o paraíso para os criminosos estrangeiros. Artigo científico licenciado por: Creative Commons Attribution 3.0. 2014. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br /index.php/rdcuerj/article/view/12375. [↑](#footnote-ref-16)
17. MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. Volume 2. 13ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. [↑](#footnote-ref-17)
18. DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado: Parte Geral. 10 ed. Rio de Janeiro:

    GEN Forense, 2011. p.126 [↑](#footnote-ref-18)
19. BRASIL, Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. [↑](#footnote-ref-19)
20. Idem. [↑](#footnote-ref-20)
21. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. [↑](#footnote-ref-21)
22. STF, Ext 855, Rel. Min. Celso de Mello, j. em 26.08.2004. [↑](#footnote-ref-22)
23. STF, Ext 1085, PET / República Italiana, rel. para o acórdão, Min. Luiz Fux, j. em 08.06.2011. [↑](#footnote-ref-23)
24. STF, Pleno, RE 160.841, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 22/09/1995. [↑](#footnote-ref-24)
25. BRASIL, Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. [↑](#footnote-ref-25)
26. BARROS, Miguel Daladier. O drama dos refugiados ambientais no mundo globalizado. / Miguel Daladier Barro. – Brasília: Consulex, 2011. p.68 [↑](#footnote-ref-26)
27. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. [↑](#footnote-ref-27)
28. BARROS, Miguel Daladier. O drama dos refugiados ambientais no mundo globalizado. / Miguel Daladier Barro. – Brasília: Consulex, 2011. p. 88 [↑](#footnote-ref-28)
29. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988 [↑](#footnote-ref-29)
30. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, criada em 14 de dezembro de 1950 pela Assembleia Geral da ONU, com o objetivo de proteger e assistir às vítimas de perseguição, da violência e da intolerância. Como organização humanitária a ACNUR possui dois objetivos: proteger homens, mulheres e crianças refugiadas e buscar soluções duradoras para que estas possam então reconstruir suas vidas em um ambiente digno. [↑](#footnote-ref-30)